



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
(CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

1 Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, no
2 Auditório da Reitoria, Bloco IV, *Campus* de Palmas, o Magnífico Reitor e Presidente deste
3 Conselho, Professor Márcio Silveira, dá início à octogésima quarta reunião ordinária do Consuni
4 agradecendo a presença de todos os participantes externos que se encontram no plenário, em
5 especial ao Reitor da UFT (Mandato 2003-2012), Professor Alan Barbiero, e em seguida faz a
6 leitura da convocação e respectiva pauta. Em discussão, o Conselheiro Idemar Vizolli solicita a
7 antecipação dos itens que tratam da adesão da UFT ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e ao
8 sistema de cotas para quilombolas; considerando que no plenário há cerca de 70 estudantes e
9 representantes de seis comunidades no Tocantins, interessados na análise destes itens. Em votação,
10 a pauta é aprovada com as alterações e obedece a seguinte ordem: **Item 1)** Informes; **Item 2)**
11 23101.003822/2013-32 - Adesão da UFT ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU); **Item 3)** Proc.
12 n.º 23101.003800/2013-72 - Aprovação da implantação do sistema de cotas para quilombolas
13 quando da adesão da UFT ao SiSU; **Item 4)** Proc. n.º 23101.001912/2013-99 - Referendar a
14 homologação da remoção do Professor Adão Francisco de Oliveira do Curso de Matemática
15 (*Campus* de Arraias) para o Curso de Geografia (*Campus* de Porto Nacional); **Item 5)** Proc. n.º
16 23101.003851/2013-02 - Criação dos seguintes Cursos de Graduação na UFT: a) Agroecologia
17 (*Campus* de Arraias); b) Curso Superior de Tecnologia em Mineração (*Campus* de Arraias); c)
18 Curso Superior de Tecnologia em Turismo Patrimonial e Socioambiental (*Campus* de Arraias); d)
19 Licenciatura em Educação Física (*Campus* de Miracema); e) Psicologia Bacharelado (*Campus* de
20 Miracema) e f) Relações Internacionais (*Campus* de Porto Nacional). **Item 6)** Proc. n.º
21 23101.003492/2013-85 - Contratação da FAPTO para a gestão parcial dos recursos financeiros
22 referentes ao Projeto “Rede de Educação mediada por tecnologias para formação continuada de
23 docentes, profissionais e trabalhadores da educação do Tocantins”, bem como autorização para a
24 participação de docentes e servidores da UFT no referido projeto; **Item 7)** Procs. n.ºs
25 23101.002191/2011-72 e 23101.002065/2013-80 - Alteração da Resolução n.º 05/2012 do Consuni,
26 que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudos para servidor técnico-administrativo da UFT;
27 **Item 8)** Proc. n.º 23101.003205/2012-56 - Alteração nas Resoluções Consepe n.º 10/2007 e
28 14/2007, que dispõem sobre as normativas para remoção e redistribuição de docentes permanentes
29 da UFT (Conforme decisão do Consepe); **Item 9)** Proc. n.º 23101.003781/2013-84 - Normativa que
30 dispõe sobre a criação e implantação da Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPD) da
31 UFT; **Item 10)** Outros assuntos. Conforme o Livro de Presenças, a Conselheira Berenice Feitosa da
32 Costa Aires não está presente, mas justificou. Os Conselheiros Edy César dos Passos Júnior e
33 Amanda Teixeira estão ausentes, mas justificaram e encaminharam, como representantes, Manoel
34 Mendes Amorim e Maiquel Kutzman respectivamente. O Conselheiro Eduardo Andrea Lemus
35 Erasmo está ausente e não encaminhou justificativa. Todos os demais conselheiros estão presentes
36 à reunião. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1)** Informes. O Magnífico Reitor informa que a
37 Universidade foi chamada pelo Ministério da Educação para pactuar a criação dos 10 (dez) novos
38 cursos que serão distribuídos entre os *Campi* que possuem menos de cinco. Estes novos cursos
39 tornarão a UFT mais abrangente, pois ofertará um número maior de vagas aos estudantes,
40 consolidando o seu papel social. Conselheiro George França dos Santos informa que estão sendo
41 realizadas as comemorações ao dia da consciência negra pelos *Campi* da UFT. **Item 2)** Adesão da
42 UFT ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Conselheira Isabel Cristina Auler Pereira agradece a

43 presença de todos e inicialmente faz uma abordagem histórica acerca da adesão da UFT ao Sistema
44 de Seleção Unificada (SiSU). Lembra que esta discussão na Universidade iniciou-se no ano de
45 2009, quando a UFT decidiu que 25 por cento de suas vagas na graduação seriam ofertadas através
46 da nota do Enem e assim permaneceu até o ano de 2012, quando foi editada a Lei Federal que
47 disciplina as cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior. Hoje a Universidade está propondo
48 a adesão de 100 por cento de suas vagas pelo SiSU. A Conselheira então explica detalhadamente o
49 funcionamento do Sistema e quais os elementos avaliativos. Demonstra como são feitas as etapas
50 do Enem, desde a elaboração das questões até a aplicação e correção das provas. Apresenta o atual
51 quadro das Universidades e Institutos que já aderiram ao SiSU e o quantitativo de participantes do
52 Tocantins no Enem deste sua primeira edição até a atual. Finalizando, a Conselheira Isabel faz a
53 leitura da minuta de Resolução que sugere “*aprovar a participação da UFT no ENEM/SISU, com*
54 *50% das vagas a serem oferecidas no vestibular do 2º semestre de 2014, e 100% das vagas, a*
55 *partir do 1º semestre de 2015, em todos os cursos de graduação regulares presenciais da UFT”*.
56 Em discussão, Conselheiro Aurélio Pessoa Picanço sugere a exclusão do parágrafo único do art. 1º
57 da proposta apresentada, visando à retirada da prova de habilidades específicas do Curso de
58 Arquitetura e Urbanismo, considerando a necessidade da economia dos recursos públicos e que
59 grande parte das universidades já não executa mais esta prova. E, caso o curso ainda tenha o
60 interesse na permanência, que se manifeste futuramente. Finalizando, a relatora esclarece algumas
61 dúvidas levantadas pelos conselheiros e, em se tratando da proposta apresentada pelo Conselheiro
62 Aurélio, defende a permanência da prova de habilidades específicas e a autonomia do colegiado em
63 decidir pela exclusão ou não da prova. Conselheiro Idemar Vizolli solicita alteração no trecho do
64 parágrafo único para “*Os cursos que apresentarem prova de habilidades específicas deverão*
65 *utilizar o ENEM como uma das fases do processo seletivo”*. Ao que é acatado pelo pleno. Em
66 votação, a normativa é aprovada por unanimidade. **Item 3)** Aprovação da implantação do sistema
67 de cotas para quilombolas quando da adesão da UFT ao SiSU. Conselheiro George França dos
68 Santos apresenta, com o auxílio do datashow, dados acerca da população quilombola do estado do
69 Tocantins e menciona que tais informações foram obtidas junto à própria comunidade negra da
70 região. Destaca, ainda, a atual demanda deste povo para o acesso à Universidade. Em seguida, o
71 relator faz a leitura integral do anteprojeto de Resolução do Conselho que defende a aprovação da
72 reserva de cinco por cento das vagas dos cursos de graduação da UFT para os estudantes
73 quilombolas a partir do 1º semestre de 2015. Ao término da leitura, o relator é aplaudido pelos
74 presentes à sessão. Em discussão, Conselheira Ana Lúcia de Medeiros solicita esclarecimento
75 acerca do semestre de implantação, defendendo que se inicie em 2014. Ao que é esclarecida pelo
76 relator que a implantação das cotas deve ser precedida da criação de uma política para inclusão
77 destes alunos na Universidade, o que demoraria certo tempo e por isso sugeriu-se o ano de 2015.
78 Conselheiro Flávio Moreira parabeniza pela iniciativa e solicita que seja concedida a fala para um
79 representante dos quilombolas presentes neste auditório. Conselheiros Salmo Moreira Sidel e
80 Eduardo Ferreira Ribeiro demonstram preocupação com relação aos assuntos que tem sido
81 inseridos em última hora na pauta do Conselho, haja vista que a categoria docente não tem tido
82 tempo hábil para discutir as temáticas. Sobre o assunto em discussão, Conselheiro Salmo fala da
83 importância do acompanhamento dos estudantes cotistas, para que estes não somente entrem na
84 Universidade, mas que permaneçam nela e consigam sair capacitados assim como os outros
85 estudantes não cotistas. Sugere a inclusão de um texto na normativa que traga a previsão da criação
86 de um setor responsável por este acompanhamento. Antes de abrir a palavra aos representantes dos
87 quilombolas, o Magnífico Reitor agradece a presença do Prefeito do Município de Santa Rosa do
88 Tocantins, Senhor Ailton Araújo, e do vereador de Porto Alegre do Tocantins, Senhor Darleno
89 Avelino dos Santos. Lembra do momento em que o Professor Alan Barbiero defendeu neste
90 Conselho a aprovação das cotas para indígenas, o que está dando certo até hoje. Defende que as
91 discussões sobre os quilombolas têm sido amadurecidas desde que o estado do Tocantins foi criado
92 e que Consuni possui responsabilidade nas suas decisões. Em seguida, após manifestação favorável
93 do plenário, o Magnífico Reitor abre a palavra a dois representantes dos quilombolas para
94 apresentarem as questões que entenderem pertinentes. Dada a palavra ao senhor Carlos Eduardo
95 Negres, coordenador estadual das comunidades quilombolas do Tocantins e membro do quilombo

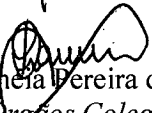


96 Morro São João do município de Arraias-TO, demonstra preocupação quanto ao quantitativo de
97 cinco por cento e a adesão somente no primeiro semestre de 2015. Apresenta dados acerca da
98 comunidade quilombola e menciona que esta necessita de seus jovens dentro da universidade.
99 Solicita que o percentual seja alterado para dez por cento e que a adesão seja já em 2014. Já o
100 presidente da Associação da Comunidade Quilombola Rural Malhadinha, José Ribeiro de Sousa
101 Neto, afirma que a aprovação das cotas para os remanescentes dos quilombos é uma grande
102 conquista para todo o povo do Tocantins. Lembra que é um sonho que está se realizando e que é
103 um grande motivo para a comunidade comemorar o Dia da Consciência Negra que se aproxima.
104 Conselheiro Idemar Vizolli parabeniza a Reitoria da UFT pela proposta e ressalta que a
105 Universidade também precisa ser responsável não só pela permanência destes alunos no ensino
106 superior com recursos financeiros, mas precisa propor mecanismos de acolhimento a fim de que
107 eles possam ingressar e concluir seus estudos. Conselheiro Manoel Mendes Amorim, na
108 representatividade do Conselheiro Edy César dos Passos Júnior, ressalta que o mecanismo de cotas
109 para a comunidade quilombola é um meio de garantir os direitos que historicamente foram negados
110 desde a colonização do país. Parabeniza a UFT pela iniciativa de trazer este debate e menciona que
111 cinco por cento não atende as necessidades dos quilombolas do Tocantins, mas que já é um meio
112 de garantir a inclusão deste povo no ensino superior. Magnífico Reitor ressalta a importância da
113 aprovação das cotas no percentual apresentado e sugere a aprovação da implantação já para o ano
114 de 2014. Conselheira Isabel Cristina Auler Pereira explica como é feita a distribuição dos cinco por
115 cento das cotas quilombolas. Em seguida, o relator faz a leitura do documento final que sugere
116 “Aprovar a implantação do sistema de cota para os quilombolas, em todos os cursos de graduação
117 regulares presenciais e a distancia da Universidade Federal do Tocantins, a partir do 2º semestre
118 de 2014”. Em votação, a proposta é aprovada por unanimidade sob salva de palmas de todos os
119 presentes. Finalizando e dada a palavra ao Professor Alan Barbiero, este destaca a importância
120 desta decisão tomada pelo Conselho Universitário, pois o Brasil e a UFT está resgatando um
121 passado de injustiça de 400 anos de escravidão. Sente-se feliz pela postura da UFT assumida pela
122 atual gestão, principalmente pelos Professores George França e George Brito pela convicção de
123 enfrentar um debate de tamanha amplitude. Parabeniza a UFT e aos quilombolas pelo movimento e
124 ressalta que nível das discussões foi capaz de dar um passo possível e necessário para se iniciar
125 uma nova dinâmica. Finalizando este ponto, Conselheira Isabel esclarece as dúvidas acerca do
126 Enem e do Vestibular da UFT para esta nova cota aprovada. Em seguida, os quilombolas se retiram
127 do auditório às dezesseis horas. Dando continuidade, passa-se a análise dos demais itens da pauta.
128 **Item 4)** Referendar a homologação da remoção do Professor Adão Francisco de Oliveira do Curso
129 de Matemática (*Campus* de Arraias) para o Curso de Geografia (*Campus* de Porto Nacional).
130 Magnífico Reitor justifica o *ad referendum*. Em votação, este é referendado. **Item 5)** Criação dos
131 seguintes Cursos de Graduação na UFT: a) Agroecologia (*Campus* de Arraias); b) Curso Superior
132 de Tecnologia em Mineração (*Campus* de Arraias); c) Curso Superior de Tecnologia em Turismo
133 Patrimonial e Socioambiental (*Campus* de Arraias); d) Licenciatura em Educação Física (*Campus*
134 de Miracema); e) Psicologia Bacharelado (*Campus* de Miracema) e f) Relações Internacionais
135 (*Campus* de Porto Nacional). Em votação, os cursos são aprovados. **Item 6)** Contratação da
136 FAPTO para a gestão parcial dos recursos financeiros referentes ao Projeto “Rede de Educação
137 mediada por tecnologias para formação continuada de docentes, profissionais e trabalhadores da
138 educação do Tocantins”, bem como autorização para a participação de docentes e servidores da
139 UFT no referido projeto; Relatora: Conselheira Kristinne Kelly Rosa Borges. Parecer da Comissão
140 de Administração e Finanças: Sugere a aprovação. Em votação: aprovado. **Item 7)** Alteração da
141 Resolução n.º 05/2012 do Consuni, que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudos para
142 servidor técnico-administrativo da UFT; Relator: Conselheiro Aurélio Pessoa Picanço. Conselheiro
143 Salmo Moreira Sidel lê o parecer emitido pela Comissão de Administração e Finanças, que sugere
144 a aprovação do novo texto da Resolução que contempla também os docentes. Em discussão,
145 Conselheira Kristinne apresenta alguns questionamentos, pois na concepção dos técnicos
146 administrativos os docentes possuem mais facilidades para pleitear bolsas junto aos órgãos de
147 fomento do que aquela categoria. Conselheiro Waldecy Rodrigues aponta que existem mestrados
148 profissionais que são direcionados especificamente às carreiras técnicas e que UFT foi a terceira



149 Universidade no Brasil a oferecer um mestrado para este público-alvo. Menciona que esta
150 Resolução é uma conquista e solicita que seja incluída a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
151 no parecer. Conselheiros Ana Lúcia de Medeiros e José Pereira Guimarães pontuam as alterações
152 sugeridas pela Comissão de Administração e Finanças, esclarecendo as dúvidas apresentadas pelos
153 demais conselheiros e ressaltam que a proposta visa a criação de uma política integrada entre
154 servidores docentes e técnicos administrativos. Finalizando, Conselheiro Salmo sugere que a gestão
155 divulgue as oportunidades entre servidores para que todos tenham as mesmas condições de
156 concorrer. O Magnífico Reitor demonstra satisfação pela integração entre os servidores e ressalta
157 que a Reitoria irá à busca de recursos para que um maior número de servidores seja contemplado
158 pelas bolsas. Solicita que seja formada uma Comissão para a elaboração dos editais. Em votação, a
159 normativa é aprovada com as alterações propostas. **Item 8)** Alteração nas Resoluções Consepe n.º
160 10/2007 e 14/2007, que dispõem sobre as normativas para remoção e redistribuição de docentes
161 permanentes da UFT (Conforme decisão do Consepe); Conselheiro Idemar Vizoli explica que este
162 item veio para este Conselho por solicitação do Consepe e que já está na pauta há várias reuniões.
163 Contudo, na última reunião deliberou-se que o assunto necessitava de maiores discussões e envio
164 de contribuições antes de ser votado. Considerando que até o momento foram recebidas somente
165 três contribuições, o relator apresenta a proposta de alteração para discussão do Conselho. Lembra
166 que a normativa contemplada trata-se somente da redistribuição, alterando somente a Resolução n.º
167 14/2007. Como encaminhamento, o relator sugere que seja feita a leitura do documento, artigo por
168 artigo, e que os conselheiros apresentem as contribuições posteriormente à leitura. Dentre os
169 principais questionamentos destacam-se o prazo de cinco anos mencionado na normativa, a
170 necessidade de uma política de fixação dos docentes, a desnecessidade da redistribuição ser
171 apreciada pelo Consepe e a inclusão de documentos necessários para instrução do processo. Após
172 amplas discussões, o documento final é aprovado em votação que contou com uma abstenção. Ao
173 final, a Conselheira Kristinne Kelly Rosa Borges solicita que conste em ata a necessidade deste
174 Conselho elaborar uma normativa que discipline a participação de professores em dedicação
175 exclusiva em projetos, conforme orientação da CGU. **Item 9)** Normativa que dispõe sobre a
176 criação e implantação da Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPD) da UFT. Conselheiro
177 Flávio Moreira lê parecer emitido pela Comissão de Legislação e Normas que sugere a aprovação
178 da normativa. Votação do parecer: aprovado. **Item 10)** Outros assuntos. Conselheira Isabel
179 Cristina Auler Pereira lê a Nota Técnica n.º 098/2013 AGU/PGF/PF-UFT que encaminha a
180 resposta quanto a demanda do Consuni que solicitou orientações sobre a suspensão do estágio
181 probatório quando dos licenciamentos e afastamentos dos servidores (Reunião de 29 de agosto de
182 2013) para ciência dos demais Conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado, às dezoito horas e
183 trinta minutos o Magnífico Reitor dá por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença e o
184 empenho de todos os conselheiros. Eu, Claudinéia Pereira da Silva, secretária dos trabalhos,
185 elaborei a presente ata que segue assinada pelo Magnífico Reitor e por mim subscrita.


Prof. Márcio Silveira
Reitor


Claudinéia Pereira da Silva
Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores